***Nota de campo 10***

**Várias datas**

**Posições assumidas pelas Câmaras Municipais em relação ao projeto**

Câmara de Salvaterra de Magos. Três reuniões adiadas consecutivamente com a presidente da Câmara Municipal de Salvaterra indiciaram que não queria apoiar o projeto. Na última reunião estivemos de novo presentes. A presidente estava nas instalações da Câmara e mandou informar-nos que não podia reunir, tendo enviado um funcionário.

Câmara de Golegã. Reunião decisiva na sede da Câmara, agendada entre o respectivo presidente e a vice-presidente do IPS. À hora agendada, o presidente estava presente nas instalações, mas mandou informar que não estava. Reunimos com a sua secretária que justificou ter sido chamada à pressa. Quando acabámos a reunião com a funcionária e saímos, o presidente estava no corredor – cremos que não por coincidência – a falar com uma munícipe. Soubemos que nunca saíra do edifício da Câmara enquanto durou a reunião.

Câmara de Azambuja. Reuniões na Câmara de Azambuja, muitas com o presidente. As actas e a correspondência refletem as conclusões. Cumprimos com os compromissos assumidos nas reuniões para desbloquear processos que ajudariam a implementar o projeto de Azambuja. Depois da ajuda recusou-se a implementar o projeto. Posteriormente, recusou-se a honrar o compromisso financeiro de co-financiamento. O arquitecto Elias Rodrigues, que colaborou com a Câmara de Azambuja em vários projetos e que é amigo pessoal do presidente informou-nos que este "não acreditava no projeto".

Câmara de Alpiarça: Compromisso da Câmara Municipal e desistência à última hora, de acordo com um email com a mensagem de 1 parágrafo assinada por um funcionário da Câmara, por ordem do presidente, em 14 de Janeiro 2008: “Na sequência do mail já enviado para a presidente do Instituto Politécnico de Santarém, informo o Gabinete da candidatura da impossibilidade da Câmara Municipal de Alpiarça em aderir ao referido consórcio”. A mensagem, não oficial, foi dirigida ao “Gabinete da candidatura”. (ver Anexo VI)

Com novas eleições, novo presidente, da *CDU*. Na reformulação do projeto, o novo executivo da Câmara de Alpiarça decidiu aderir ao projeto. A aldeia do Patacão é uma das raras intocadas (cápsula do tempo) e a cultura Avieira diz muito aos alpiarcenses. Posteriormente, a Câmara Municipal (CM) nunca evidenciou empenhamento na construção do projeto de restauro. Com base num parecer – não técnico – de um consultor externo da CM (ver anexo VI) encontrou um pretexto para desistir. Nele se escreve, no dia 21-10-2010, que se “não estiver assegurada a viabilidade económica do projecto, devemos informar o IPS da desistência da Câmara de Alpiarça do consórcio, como parece ser o caso da Câmara da Golegã”.

Com a última reformulação abandonou o projeto, muito embora o consórcio tenha garantido um financiamento a fundo perdido de 95% do total do investimento, assegurado pelo Qren/Provere.

Câmara de Almeirim. Nunca mostrou interesse no projeto, apesar das declarações do seu presidente em contrário. Em reunião com os presidentes da Câmara e o IPS realizada em Almeirim voltou a prometer-se o empenhamento da CM em investir, o que nunca ocorreu. A representante do presidente da Câmara no projeto (vereadora da cultura) nunca chegou a interessar-se, nem sequer a conhecer o projeto. Na reunião decisiva com a CCDR-LVT (ver acta) com a respectiva presidente e com os presidentes de câmaras, para garantir a participação e o compromisso efectivo de todas as Câmaras da região, só faltou um presidente - o da Câmara de Almeirim. Foi tão mais grave quanto acumulava funções com a presidência da CIM-LT e era (é) amigo pessoal do presidente do IPS e do presidente da Entidade de Turismo do Ribatejo. Nunca justificou a sua ausência. Foi o mais claro sinal para os outros presidentes de Câmaras não apoiarem o projecto.

Câmara de Vila Franca de Xira. Destruiu as duas aldeias que existiam no concelho: a do Esteiro do Nogueira (Vila Franca de Xira) e a de Póvoa de Santa Iria. O projeto Avieiro ofereceu à CM de V. F. de Xira um estudo valioso elaborado pela Universidade de Aveiro sobre as fontes de poluição no concelho. Não reconheceram o estudo. A presidente da Câmara – acompanhada de elementos qualificados do seu gabinete – foi a uma reunião na sede do IPS, com a V-presidente, e ofendeu o coordenador do projeto. A destruição total da aldeia da Póvoa de Santa Iria foi feita apesar dos estudos de arquitectura oferecidos à CM VFX, da autoria de arquitectas da Universidade do Minho, apontarem para o extraordinário valor patrimonial da aldeia. As movimentações de terras na área e a publicação de um enorme plano de urbanização para aquela zona – acções programadas e concretizadas pela Câmara -, indiciaram que se pretende ali criar uma "segunda Expo". A comunidade avieira, a cooperativa Alves Redol (de V. F. de Xira) e o Eng.º António Redol (filho de Alves Redol) consideraram que a presidente não teve sensibilidade para as questões do património histórico e cultural e que premeditou as acções de destruição de ambas as aldeias para beneficiar o projecto urbanístico (ver conclusões dos colóquios realizados em Vila Franca, quer no esteiro do Nogueira, quer na Póvoa de Santa Iria). Hoje não resta um único vestígio desses assentamentos que considerámos – com a Associação *Arquitectos Sem Fronteiras* – como um património histórico.

Por carta S/D dirigida pela Câmara de Vila Franca ao presidente do IPS, assinada por um funcionário, e recebida no IPS em 24-10-2011 (anexo VI) escreve-se que “considerando que actualmente já não existem quaisquer habitações palafíticas típicas da borda d’água, utilizadas pelos pescadores oriundos de Vieira de Leiria, o município de Vila Franca de Xira não tem condições para propor a aldeia avieira e a cultura avieira como património de interesse municipal”.

Câmara de Alcácer do Sal. Foi assinado um protocolo de colaboração. Apesar do compromisso, a Câmara não tomou nenhuma iniciativa de salvaguarda da cultura Avieira em Alcácer do Sal, apesar das nossas propostas e das reuniões onde se tomaram compromissos. Mesmo os pontões da Carrasqueira (de arquitectura vernacular histórica) foram votados ao abandono.

Câmara de Cartaxo. Foram efectuadas várias reuniões com o presidente e com os membros dos seus gabinetes. O memorando de investimento nunca chegou a ser cumprido para a recuperação da aldeia histórica da Palhota, onde viveu Alves Redol para se inspirar na escrita de Avieiros - livro maior da literatura do neo-realismo. O projeto existe e é viável, mas o desinteresse da Câmara foi na altura um facto. Em alternativa decidiu-se investir num parque subterrâneo junto da Câmara, com honras de inauguração por parte do Presidente da República.

Câmara de Chamusca. Nunca aderiu ao projeto apesar de ter um importante património Avieiro. Uma das raras colaborações que nos foi prometida foi a de disponibilizarem um meio mecânico para retirar das margens do Tejo uma bateira avieira que estava a ficar destruída pelo abandono e que queríamos recuperar para o projeto, devido ao seu valor histórico-patrimonial. Deslocámo-nos de propósito à Chamusca, em data combinada para retirar a bateira com o auxílio assegurado pela Câmara mas, uma vez lá, não recebemos o auxílio prometido e os telefonemas que fizemos para saber o que se passava nem sequer foram atendidos pela anterior vereação.

Câmara de Santarém. Inúmeras reuniões em que se comprometeram a cumprir com a revisão do PDM para legalizar a aldeia das Caneiras, para a restaurar e a incluir na Rota turística da cultura Avieira. As promessas nunca foram cumpridas, sob pretextos vários.